



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA: CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR – CDHEP PARA MINISTRAR CURSO HABILIDADES E FERRAMENTAS PARA FACILITADORAS E FACILITADORES EM JUSTIÇA RESTAURATIVA

BELÉM – PA
2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO PA-PRO-2023/03027



T-JPAPRO202303027V02





1. DO OBJETO

Contratação direta da instituição especializada de renome, **CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR – CDHEP** com destacado conhecimento teórico-prático para ministrar o CURSO HABILIDADES E FERRAMENTAS PARA FACILITADORAS E FACILITADORES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA, na modalidade presencial, com carga horária total de 32 horas/aula, sendo ofertadas 40 vagas para a equipe de facilitadoras e facilitadores que atendem o Acordo de Cooperação Técnica 023/2022, em uma única turma, com datas de realização previstas para o período de 24 a 27 de outubro de 2023, conforme Projeto Pedagógico (anexo I) e Proposta Financeira da instituição (anexo II).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR - CDHEP	21172	UNIDADE	40	R\$ 800,01	R\$ 32.000,04

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da justificativa da contratação

Nos últimos anos houve uma forte disseminação da justiça restaurativa e formação de facilitadores, principalmente de círculos de construção de paz, exigindo ações de aprimoramento do manejo das práticas executadas. A proposta dessa formação se dá a partir de duas demandas percebidas ao longo do acompanhamento de procedimentos restaurativos em diversos ambientes e lugares do Brasil. Uma de suas dificuldades é acessar e nomear a dor, o sofrimento, às vezes sob o pretexto de não revitimizar a/s vítima/s. Muitas vezes, contudo, a inconsciência em relação a padrões mentais que nos dirigem e que facilmente são transferidos sob uma forma de julgamento e imposição de culpa impedem o facilitador oferecer, aos participantes dos casos, uma elaboração mais refinada da situação em questão. Outra demanda é a necessidade de, fazendo uma abordagem ampliada, colocar o conflito ou a violência tematizada dentro de seu contexto sócio – político, antropológico e ambiental para identificar possíveis causas, inicialmente invisíveis, que sustentam a situação problemática. Assim a restauração permite estender o ato de responsabilizar-se para além do interpessoal, possibilitando a instauração de direitos, a conexão comunitária solidária, a reparação de danos a médio e longo prazo, assegurando assim, numa certa medida, a prevenção de futuros danos. violências estruturais, mediante aprofundamento e reflexão sobre a necessidade de um/a facilitadora* de justiça restaurativa compreender os letramentos necessários à leitura da perpetuação das violências, tanto para autoconhecimento e conseqüente possibilidade de cessá-las em suas ações, como ter a sensibilidade sobre as violências que atravessam os conflitos interpessoais, institucionais e coletivos no processo restaurativo, que por conseguinte possibilita tanto a conscientização e responsabilização por quem as pratica, como oferta mais recursos para promover um espaço sem hierarquia de poder no encontro. O/a facilitador terá contato também com repertório de atividades e técnicas que apoiam nessa imersão sobre a compreensão dessas violências, e como implicar-se em seu desmantelamento. Haverá atividades no curso que incentivam a introjeção e assimilação dos conteúdos passados pelos participantes através de vivências e trocas em grupos.

Desta forma, a equipe do Projeto Porto Seguro (Acordo de Cooperação Técnica 023/2022) será capacitada, a título de aprofundamento em justiça restaurativa, para o devido desempenho das práticas restaurativas propostas pelo Acordo de Cooperação Técnica nº023/2022, que tem por objetivo realizar Círculos de Construção de Paz buscando a promoção do bem-estar emocional de crianças e adolescentes atendidos/as em serviços de acolhimento, adolescentes atendidos/as pelos serviços de execução de medidas socioeducativas,



T:JPAPRO202303027V02





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

alunos/as de escolas públicas, seus/suas cuidadores(as)/responsáveis e profissionais que atuam com este público. Participarão ainda, facilitadores e facilitadoras, servidores/as do TJPA, que já atuam na aplicação de práticas restaurativas em processos judiciais.

As ações do Projeto Porto seguro visam contribuir para o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa no Estado do Pará, atendendo as diretrizes programáticas da Resolução nº 225/2016 e Resolução nº 458/2022, do Planejamento da Política de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional, ambos do CNJ; da Resolução 23/2018 do TJPA, assim como resulta em mais uma importante ação do Tribunal de Justiça do Pará em 2023, atendendo iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que declarou 2023 como o “Ano da Justiça Restaurativa na Educação”. A iniciativa tem a intenção de difundir os conceitos e a prática desse tipo de abordagem para o ambiente escolar, conforme preconizado pela Resolução CNJ n. 458/2022.

O projeto está alinhado ao Planejamento Estratégico, conforme a Resolução nº 28/2014, nos seguintes Macrodesafios e Iniciativas Estratégicas: **Macrodesafio:** GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS – Iniciativa estratégica – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente e **Macrodesafio:** APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL – Iniciativa estratégica: Fortalecimento da Justiça Restaurativa.

Por fim, importa destacar que a intenção final é contribuir para o alcance da excelência da prestação jurisdicional, com a implementação de mecanismos e estratégias educacionais favoráveis à efetividade processual.

2.2. Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação

A empresa fornecedora foi selecionada por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, III, f, da Lei n.º 14.133/2021. Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Atendendo aos seguintes critérios cumulativos:

1 - O ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL COMO SERVIÇO PREDOMINANTEMENTE INTELECTUAL

Dentre os serviços elencados nas alíneas do inciso III, do art. 74, acima transcrito, os serviços de treinamento estão expressamente indicados na alínea f, não atraindo qualquer dificuldade em caracterizá-lo como um serviço intelectual. Assim, os serviços de treinamento e desenvolvimento de pessoas, nas suas várias modalidades, atendem ao primeiro requisito. Afinal, por mais que se utilize modernos recursos instrucionais para apoio às aulas, é a atuação personalíssima do docente que permite a execução do serviço. Mesmo nos casos em que o treinamento se dá pelo sistema EAD na forma assíncrona, apenas com apostila, exercícios práticos e sem tutoria, mesmo assim, é o elemento humano o preponderante na execução porquanto elaborado por um professor-conteudista.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

Diante disso e atendido o primeiro requisito, o próximo passo será determinar se, e em que casos, tais serviços assumem características que tornam a licitação inviável.

2 - A IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO QUE TORNA ILICITÁVEL O SERVIÇO DE TREINAMENTO

O serviço é ilícito quando o resultado da execução, isto é, o produto a ser entregue, não é previsível ou é incerto; quando o contratante, apesar de apontar as características do que pretende contratar, não tem como saber qual será o produto que receberá com a conclusão da execução; é o serviço cujo resultado pode variar de executor para executor, ou seja, cada executor entrega coisa diferente do outro.

Quando o objeto é licitável, seu resultado é perfeitamente previsível, ou seja, o contratante sabe exatamente, desde a contratação, o que receberá das mãos do executor antes mesmo de se iniciar a execução. E por isso mesmo, tem total possibilidade de identificar objetivamente sua inconsistência ou desconformidade com o que se contratou. Ao mesmo tempo, e justamente porque já sabe qual será o resultado da execução, a comparação entre os vários produtos entregues pelos vários possíveis executores se dá por meio de comparação absolutamente objetiva, permitindo perfeitamente o cotejamento entre as várias possíveis propostas. Cumpre deixar desde já consignado que não se está falando do eventual desconhecimento da variabilidade da forma de execução (metodologia), mas do produto final, que é resultado final da execução.

Indo direito ao ponto, para saber se um determinado treinamento é ou não passível de ser submetido à licitação, temos que investigar a previsibilidade do resultado da execução. No caso de treinamento, o produto a ser entregue pelo executor, após a realização do conteúdo programático e da carga horária é o aprendizado.

Sendo o resultado o aprendizado, se faz mister perquirir se, diante do caso concreto, será possível antecipar qual o nível de aprendizado a ser auferido pelos treinandos, o varia de acordo com a intervenção pessoal do Docente e a resposta da turma.

Em razão disso, o resultado da execução é absolutamente imprevisível. Não é possível sequer imaginar qual será o nível de aprendizado obtido ao final da ação de capacitação. Disso decorre que o serviço de treinamento e desenvolvimento de pessoas, quando a intervenção pessoal do docente é preponderante na obtenção dos resultados, se mostra inconciliável com a ideia de comparação por critérios objetivos.

Temos que, com isso, estabelecemos as bases para o reconhecimento da característica que torna a contratação do objeto — serviço de treinamento e desenvolvimento de pessoas — inexigível.

3- A INDICAÇÃO DO EXECUTOR E O RECONHECIMENTO DA SUA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO.

Ultrapassados os dois primeiros requisitos, cumpre a seguir enfrentarmos o terceiro desafio qual seja, a caracterização da notória especialização do executor.

Retomando o texto da lei primitiva, vê-se que notório especialista é o profissional (ou empresa) que nutre entre seus pares, ou seja, "...no campo de sua especialidade..." algum atributo (desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica), que traga ao contratante a percepção de que o seu trabalho "...é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do



TJPA PRO 202303027V02





contrato.” Não há qualquer menção a um requisito específico; ou a determinação de que o escolhido reúna um número mínimo de atributos para ser considerado notório. Aliás, o rol de atributos é meramente exemplificativo, como se vê da expressão “...ou de outros requisitos relacionados com suas atividades...”. Significa, pois, que notório especialista é um indivíduo ou empresa que apresenta um determinado atributo particular a partir do qual seja possível concluir — **permita inferir**— que seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto.

Deve-se afastar em definitivo a ideia segundo a qual o notório especialista é alguém com formação acadêmica superior ou elevada. O indivíduo deve ser, sim, uma referência na área de atuação, que por vezes está presente em pessoas com nível de formação até mesmo elementar.

Inferir é deduzir, concluir, intuir, depreender, perceber. Notório especialista é, portanto, alguém que possui um certo atributo capaz de provocar em alguém a percepção por meio de dedução, tratar-se do mais adequado à plena satisfação do objeto. E quem terá o mister de inferir (deduzir, intuir, concluir)? Ou seja, qual agente público a lei atribui (permite) a competência de inferir, deduzir, compreender, perceber? A resposta é óbvia: a Autoridade competente para celebrar o ajuste. Nesse sentido, vale transcrever excerto do voto do Min. Carlos Átila ao julgar regulares as contas do Banco do Brasil, pela contratação de empresa de notória especialização, visando a elaboração e implementação do Plano de Desligamento Voluntário dos empregados, verbis:

“[...] a questão chave na interpretação deste artigo reside, a meu ver, na definição do sujeito oculto do verbo ‘inferir’. Segundo o Aurélio, ‘inferir’ significa ‘tirar por conclusão’, deduzir por raciocínio’. O dispositivo legal reconhece, portanto, que alguém deve praticar o ato de natureza eminentemente subjetiva, qual seja, tirar uma conclusão mediante raciocínio, para atribuir a notória especialização a uma determinada empresa”.

A notória especialização, portanto, é questão relacionada à confiança do gestor depositada no profissional ou empresa, confiança essa que tem fundamento em um ou mais atributos que transmitem a essa autoridade, a percepção de tratar-se do mais adequado ao alcance dos objetivos pretendidos com a contratação. O próprio supremo Tribunal Federal já firmou o entendimento de que o requisito da notória especialização na contratação de serviços singulares era caso de confiança depositada pelo Gestor na pessoa do escolhido, verbis:

“Duas considerações podem justificar o afastamento do dever de licitar nesses casos: (i) a peculiaridade dos próprios serviços, quando sejam marcados por considerável relevância e complexidade; e (ii) a falta de parâmetros para estruturar a concorrência entre diferentes prestadores especializados. Imagine-se, e.g., a contratação de advogados para o fim de auxiliar na renegociação de empréstimos vultosos tomados pelo Poder Público junto a uma entidade estrangeira. Certamente é possível identificar um conjunto de profissionais dotados de prestígio nessa área de atuação, mas não se pode estabelecer uma comparação inteiramente objetiva entre os potenciais habilitados. A atribuição de um encargo como esse



TJPA PRO 2023 03027V02





pressupõe uma relação de confiança na expertise diferenciada do prestador, influenciada por fatores como o estilo da argumentação, a maior ou menor capacidade de desenvolver teses inovadoras, atuações pretéritas em casos de expressão comparável, dentre outros. (GN) (STF, Inq. nº 3.074-SC, 1ª. Turma. Rel. Mn. Roberto Barroso)”

A nova lei de licitações traz sutis modificações que fortalecem a interpretação quanto ao caráter discricionário da indicação do executor. Transcreve-se abaixo, com destaques para as novidades do texto. A parte tachada representa o que foi suprimido e o que está em negrito, o acrescentado.

*Lei nº 14.133/2021, art.74 [...] § 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e ~~indiscutivelmente~~ **reconhecidamente** ~~o mais~~ adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

Note-se que o texto novo é praticamente idêntico ao anterior. Mas suas sutis modificações ampliaram a percepção da margem de discricionariedade imanente ao processo de escolha do executor. Ao substituir a palavra “indiscutivelmente” por “reconhecidamente”, a norma eliminou a falsa percepção de que o escolhido teria que ser um indivíduo muito acima de seus pares a ponto de ser indiscutível o acerto de sua escolha. Some-se a isso a eliminação da expressão “o mais” que acompanhava o vocábulo “adequado”. Afinal, o que é “indiscutivelmente o mais adequado”, não poderia gerar dúvidas quanto à escolha por parte de Assessorias Jurídicas e Órgãos de Controle. Agora, com o novel texto, o notório especialista é um indivíduo ou empresa, que é portador de um atributo a partir do qual o gestor possa inferir ou o reconhecer adequado aos objetivos pretendidos. Quem reconhece a adequação é o próprio Gestor a partir do seu poder discricionário.

Uma vez que a escolha se dará por meio de uma avaliação subjetiva, um juízo personalíssimo de valor a cargo da autoridade competente, nítido está que a escolha é essencialmente discricionária. Será a autoridade competente que, respeitando o leque de princípios a que se submete a atividade administrativa, notadamente, legalidade, impessoalidade, indisponibilidade do interesse público e razoabilidade, e ainda, sopesando as opções à sua disposição, com fulcro em seu juízo de conveniência, indicará aquele que lhe parecer ser o “**reconhecidamente adequado** à plena satisfação do objeto do contrato”.

Tendo ultrapassado o último requisito, temos devidamente instruídos nos autos os três requisitos normativos para configuração da hipótese de inexigibilidade de licitação.

Por oportuno, destacamos que, em que pese a eleição do profissional ser uma decisão essencialmente discricionária, ao mesmo tempo, pode-se fundar-se em argumentos razoáveis, relevantes e verídicos, ao comparar-se os profissionais. Assim, ressaltamos que a Instituição contratada apresentou em sua proposta as



TJPA PRO 202303027V02





docentes **Petronella Maria Boonen e Vanessa Bispo Gadelha Valente**, as quais possuem as seguintes qualificações:

Petronella Maria Boonen: - Educadora e co-fundadora da área de Justiça Restaurativa ministra cursos, oficinas e palestras sobre temas como Justiça Restaurativa, perdão, conflitos e habilidades emocionais para pessoas ligadas, principalmente, à socioeducativo, área prisional, judicial e pastoral. Tem formação pelo International Institute for Restorative Practices dos Estados Unidos, o European Forum for Restorative Justice, a Fundación para la Reconciliación de Bogotá, Colômbia e a Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul, Brasil. Doutora e mestra em sociologia da educação pela Universidade de São Paulo - USP com tese sobre Justiça Restaurativa. Graduiu-se em Ciências Sociais também pela USP e é especialista em mediação de conflitos pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC/SP. Coordenou o projeto Rede Justiça Restaurativa: possibilidades e práticas nos sistemas criminal e socioeducativo, do CDHEP em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Conselho Nacional de Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional, realizado em 10 tribunais do Brasil. É membro da Congregação das Missionárias Servas do Espírito Santo e articuladora da Rede das Escolas de Perdão e Reconciliação – Brasil. Foi pesquisadora no Núcleo de Estudos da Violência-USP e realizou trabalhos em diversos países da América e Latina e Europa.

Vanessa Bispo Gadelha Valente - Educadora autônoma em Justiça Restaurativa. Fisioterapeuta de formação, optou por exercer a maternidade exclusiva após o nascimento da sua filha (é mãe de mais dois meninos) até que se encantou com a Justiça Restaurativa, o que redefiniu o sentido da sua vida e trajetória profissional. Desde 2016 participa de processos formativos e realiza práticas restaurativas na busca primeira pela coerência entre a crença e a ação do “Seja a paz que você quer ver no mundo”. Atualmente é educadora externa do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP, membro da Equipe de Articulação Nacional das Escolas de Perdão e Reconciliação no Brasil. (Rede ESPERE Brasil). Dá formações de facilitadores da Oficina: Fundamentos de Justiça Restaurativa; Anteriormente (2020 – 2022) trabalhou pelo CEDECA RJ como Facilitadora de práticas restaurativas junto a instituições do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, profissionais da proteção à infância e juventude de todo o Brasil, jovens lideranças comunitárias e a própria equipe do CEDECA. Em 2019 facilitou Oficinas de Fundamentos de Justiça Restaurativa baseada na metodologia para jovens desenvolvida no CDHEP no Centro de Sócio-educação Dom Bosco, RJ e atividades circulares com adultos e rodas de conversa com adolescentes. Entre 2015 – 2019 fez atividades de acolhimento e apoio emocional junto ao Centro de Valorização da Vida (CVV) quando teve a oportunidade de colaborar com ações junto à comunidade após a ruptura da barragem em Brumadinho, MG (2019).

2.3 . Dos critérios técnicos de habilitação

Será requerido da contratada, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

- CNPJ;
 - Documentos de constituição (contrato social e alterações)
 - RG e CPF dos sócios;
 - Certificado de Regularidade do FGTS;
 - Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
 - Certidão Negativa de Natureza Tributária Estadual (Estado do fornecedor);
 - Certidão Negativa Municipal (Município do Fornecedor);
- Obs. Caso a empresa possua cadastro no SICAF, pode ser emitida a certidão de “Situação do fornecedor”, sendo dispensáveis as certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) – (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
 - Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);



TJPA PRO 202303027V02





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

- Declaração de não contratação de menores de 18 anos para execução de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos – (<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2019/distrito-federal/orgaos-centrais/dlog/tomada-de-precos/tomada-de-precos-ndeg01-2019/anexo-iv-2013-modelo-de-declaracao-de-cumprimento-ao-disposto-no-inciso-xxxiii-do-art-7o-da-constituicao-federal.docx/view>);
- Declaração de cumprimento do disposto no art. 93 da Lei nº. 8.213, de 1991, se couber;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Sócio majoritário – (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- Comprovação da execução do curso para outros entes/órgãos com o mesmo valor ou equivalente.

Em relação a capacidade técnica, a empresa deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa já entregou, a contento, objeto compatível com o da presente contratação. A critério da Administração poderá ser solicitado cópias de contratos já firmados, notas fiscais, ou ainda, qualquer outro documento que venha comprovar a veracidade das informações prestadas nos atestados, assim como a viabilidade do valor ofertado.

2.4. Do impacto ambiental

A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1.1 Objetivo geral:

Ao final do curso, o(a) discente deverá ser capaz de ter maior consciência de si e de causas e mecanismos da reprodução da violência pessoal e estrutural, o que permitirá aos facilitadores maior segurança para se implicar na realização das práticas e estabelecer conexões que facilitem a utilização de ferramentas para interromper o circuito da violência, reparar danos e prevenir injustiças e agressões futuras.

3.1.2. Conteúdo/Ementa:

Considerando a finalidade a que se propõe, o curso será desenvolvido com base nos seguintes conteúdos:

Módulo 1	Apresentação e entrosamento Abertura, apresentação do conteúdo, dos participantes e atividades de entrosamento
Módulo 2	Os desafios e a grandeza de ser facilitador de justiça restaurativa Os desafios e a grandeza de ser facilitador de justiça restaurativa
Módulo 3	Escutar, observar, integrar Exercícios práticos de escuta, observação, identificação de reações intra e interpessoal.
Módulo 4	Padrões Mentais O que são padrões mentais? Como me afetam em diversas situações
Módulo 5	Marcadores Sociais O que são marcadores sociais? Como os marcadores podem guiar minhas percepções e ações? A relação entre JR e marcadores sociais.
Módulo 6	Sobre resistência e desistência do processo restaurativo Identificar as razões de desistências do procedimento restaurativa e possibilidades de prevenção.
Módulo 7	Sobre o Eu verdadeiro Aprofundar o pressuposto do Eu verdadeiro, para permitir espaço, comunicação, relação e diálogo com os diferentes, construção de verdades múltiplas e empenho coletivo para



T:JPAPRO202303027V02





PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

	transformação a situação de violência e sofrimento
Módulo 8	Fechamento e Encerramento Avaliação grupal e encerramento

3.2. Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento

O regime indireto de execução se dará por meio de Empreitada por preço global, uma vez que a contratação da execução ocorrerá por preço certo e total, isto é, o valor a ser pago neste regime vem definido de forma fixa.

3.3. Das obrigações contratuais

3.3.1 A Contratada obriga-se a:

- a. Prestar o serviço contratado no período e local indicado pelo Contratante, com estrita observância das especificações deste Termo de Referência e seu anexo;
- b. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação da contratada, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas no termo de referência e na proposta;
- d. Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação, inclusive quanto ao reagendamento do curso/evento;
- e. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação. Ademais, é vedada qualquer subcontratação ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade de licitação para contratação direta dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos casos previstos no art. 74, III, da Lei n. 14.133/21;
- h. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i. Encaminhar o resultado das avaliações, se houver, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do término da formação à Escola Judicial do Tribunal de Justiça - TJPA.
- j. Manter todo escopo da proposta apresentada;
- k. A responsabilidade pela emissão dos certificados será da Escola Judicial do TJPA.

3.3.2 O Contratante obriga-se a:

- a. Receber o serviço, oportunizando a participação dos facilitadores no curso no local indicado, na data e hora acordados para realização do evento acadêmico;
- b. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c. Após a aceitação do serviço, atestar a Nota Fiscal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a recebimento do resultado das avaliações, se houver, ou, após emissão de relatório de frequência e notas;
- d. Efetuar o pagamento após ateste da Nota Fiscal, na forma e prazo estabelecidos;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

e. Contratar novo docente, caso necessário o reagendamento da formação em que haja impedimentos legais.

3.4 Da dinâmica de execução

Etapas

1. Carga horária total: 32 horas
2. Tipo/Modalidade: Curso a ser realizado na modalidade presencial.
3. Período de realização do curso: 24 a 27 de outubro de 2023;
4. Número de vagas: 40 vagas;
5. Local: Escola Judicial do Estado do Pará. Tv. Quintino Bocaiúva, 1404. Nazaré. Belém/Pará.
6. Público-alvo: Equipe de facilitadores, supervisores, coordenadores do Projeto Porto Seguro ACT 023/20226;
7. Horários: 8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 hs
8. Metodologia de ensino: Aulas teóricas expositivas/dialogadas.
9. Certificação: a Contratante emitirá os certificados aos participantes do curso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de encerramento da ação educacional.
10. Material Didático: aulas serão desenvolvidas com apoio de material a ser disponibilizado virtualmente pelas ministrantes.

3.5. Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação

A solicitação de prestação de serviço será efetivamente realizada com o envio de nota de empenho ao contratado, através de e-mail funcional, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA, como, por exemplo, privilegiando a utilização de meios de comunicação virtuais, evitando, sempre que possível, a impressão de documentos.

3.6. Do prazo de vigência.

Não se aplica tendo em vista que não haverá contrato.

3.7. Demais prazos

3.7.1. Prazo de entrega dos bens/execução dos serviços.

O prazo para execução do serviço ocorrerá no período de 24 a 27 de outubro de 2023, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.7.2. Prazo de garantia dos bens / serviços.

Não se aplica.

3.8. Garantia contratual

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão da natureza do objeto a ser contratado.

3.9. Indicadores de níveis de serviço





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

Não se aplica, uma vez que não se trata de serviço continuado.

3.10. Do recebimento

3.10.1 Do recebimento provisório

O contratante realizará inspeção dos serviços executados, por meio do fiscal técnico e do demandante com a finalidade de verificar a adequação dos serviços.

Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico da contratação irá apurar o resultado da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao fiscal demandante.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.10.2. Do recebimento definitivo

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias do recebimento provisório, por servidor designado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço.

O serviço será considerado aceito se for executado de acordo com as especificações definidas no item 3.4 deste Termo de Referência e com projeto pedagógico do curso, e após a emissão do certificado pela Contratante.

O recebimento definitivo se dará mediante declaração (atesto) em nota fiscal, pelo responsável da unidade demandante, de que os serviços foram executados de acordo com as especificações contidas neste Termo e no Termo de Aceite enviado pela Contratada.

3.11 Da forma de pagamento

O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comprovação da execução do objeto contratado.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência em relação a regularidade fiscal (Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social e FGTS) e trabalhista.

O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.12 Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva

Esta contratação utilizará a seguinte dotação orçamentária:

- Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- Funcional programática: 02.061.1417.8626
- Fonte: 1759.1800000
- Elemento de despesa: 339039;
- Item: 2573

3.13 Da transferência de conhecimento





Não se aplica, tendo em vista que o conhecimento transferido não será utilizado de forma sistemática.

3.14 Dos direitos de propriedade intelectual e autoral

Não se aplica, uma vez que não há criação de obra intelectual.

3.15 Da qualificação técnica do profissional

O CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR - CDHEP, possui docentes com notável saber, que demonstra ter formação específica, experiência e especialização profissional na matéria relativa ao objeto da presente contratação.

3.16 Dos papéis a serem desempenhados

PAPEL	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	TJPA	Equipe composta pelo gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.
Fiscal Demandante do Contrato	TJPA	Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Fiscal Técnico do Contrato	TJPA	Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Gestor do Contrato	TJPA	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão.
Docentes	Contratada	Profissionais contratadas responsáveis por ministrar as aulas do curso.

A seguir, segue relação dos servidores designados para integrar a:

Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação
Integrante Demandante Nome: France Santos da Cruz Matrícula: 5843-2 Telefone: (91) 98170 1727 E-mail: france.cruz@tjpa.jus.br
Integrante Técnico



TJPAPRO202303027V02





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

Nome: Cristina do Socorro Souza Alves da Silva Matrícula: 2608-5 Telefone: (91) 3205 2742 E-mail: cristina.silva@tjpa.jus.br Integrante Administrativo DISPENSADO
Equipe de gestão e fiscalização da contratação
Gestor do Contrato Nome: France Santos da Cruz Matrícula: 5843-2 Telefone: (91) 98170 1727 E-mail: france.cruz@tjpa.jus.br
Fiscal Demandante Integrante Técnico Nome: Cristina do Socorro Souza Alves da Silva Matrícula: 2608-5 Telefone: (91) 3205 2742 E-mail: cristina.silva@tjpa.jus.br
Integrante Técnico Nome: Cristina do Socorro Souza Alves da Silva Matrícula: 2608-5 Telefone: (91) 3205 2742 E-mail: cristina.silva@tjpa.jus.br

3.17 Das sanções

Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial ou pela execução do objeto em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas as sanções previstas nos art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- I. advertência, pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;
- II. multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta definitiva, pelas seguintes infrações:
 - a) Pela recusa injustificada da contratada de aceitar a Nota de Empenho, sem prejuízo para as demais penalidades;
 - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - d) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame;
- III. multa de 0,8% (oito décimos por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - CEIJ

sobre o valor do contrato, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

IV. multa de 1,00% (um por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor da parcela não entregue da Nota de Empenho, a partir do 15º dia, sem prejuízo das demais penalidades;

V. 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato na hipótese de inexecução total do objeto por mais de 30 (trinta) dias;

VI. Impedimento de licitar e contratar;

VII - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.;

VIII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração conforme o procedimento do art. 158 da Lei 14.133/21.

A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica nenhuma relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.

Belém, 28 de agosto de 2023.

FRANCE SANTOS DA CRUZ

Matrícula: 5843-2

Integrante Demandante

CRISTINA DO SOCORRO SOUZA ALVES DA SILVA

Matrícula 2608-5

Integrante Técnico

